

DISCIPLINA: Direito Processual Civil II	CH – total: 72h
SEMESTRE DE ESTUDO: 6º Semestre	
TURNO: Matutino / Noturno	CÓDIGO: DIR130

1. EMENTA:

Direito probatório. Audiência de instrução e julgamento. Antecipação da tutela. Tutela jurisdicional. Decisão judicial. Coisa julgada. Teoria dos Precedentes. Ações coletivas. Processo coletivo.

2. OBJETIVO GERAL

Concluir o estudo da fase de conhecimento, nos seus ritos ordinário e sumário. Estudar o regramento da prova no processo civil. Introduzir conhecimentos sobre a teoria dos precedentes judiciais. Introduzir o estudo do processo coletivo.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Examinar as demais categorias da fase de conhecimento e a produção probatória. Análise crítica dos precedentes judiciais.
Firmar a existência de um microsistema processual coletivo.
Estudar as principais ações coletivas.
Criar condições para a aplicação do conhecimento sobre o direito processual civil na atividade forense.

4. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. TEORIA GERAL DA PROVA e PARTE GERAL DO DIREITO PROBATÓRIO.

- 1.1. Conceito de prova.
- 1.2. O direito à prova. Perspectiva constitucional.
- 1.3. A prova e verdade.
- 1.4. Objeto da prova. Prova do direito, dos usos e costumes.
- 1.5. Fim e destinatários da prova.
- 1.6. Ônus da prova. Distribuição legal, convencional e judicial.
- 1.7. Autorregramento da vontade e direito probatório.
- 1.8. Normas fundamentais do direito probatório.
- 1.9. Poder instrutório do juiz.
- 1.10. Meios e fontes de prova.
- 1.11. Atipicidade dos meios probatórios.
- 1.12. Provas ilícitas.
- 1.13. Procedimento probatório.

- 1.14. Utilização de meios eletrônicos na produção das provas.
 - 1.15. Sistemas de valoração da prova.
 - 1.16. Máximas da experiência, indícios e presunções.
 - 1.17. Prova emprestada.
 - 1.18. Prova por amostragem.
 - 1.19. Natureza jurídica das normas sobre prova.
 - 1.20. Produção antecipada das provas.
2. PROVAS EM ESPÉCIE.
 - 2.1. Depoimento pessoal.
 - 2.2. Confissão.
 - 2.3. Documental. Ata notarial. Exibição de coisa e documento.
 - 2.4. Testemunhal.
 - 2.5. Pericial.
 - 2.6. Inspeção judicial.
3. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.
 - 3.1. Conceito.
 - 3.2. Características.
 - 3.3. Normas fundamentais.
 - 3.4. Regras gerais.
4. DECISÃO JUDICIAL.
 - 4.1. Conceito de decisão.
 - 4.2. Decisão como norma jurídica.
 - 4.3. Classificação dos pronunciamentos judiciais.
 - 4.4. Elementos da decisão.
 - 4.4.1. Relatório.
 - 4.4.2. Fundamentação. Decisão sem fundamentação (art. 489, §1.º, CPC).
 - 4.4.3. Dispositivo. Os capítulos de sentença.
 - 4.5. Requisitos da decisão.
 - 4.6. As decisões ilíquidas.
 - 4.7. Decisão e fato superveniente.
 - 4.8. Conteúdo da decisão.
 - 4.9. Efeitos da decisão: principais, anexos, reflexos e probatórios.
 - 4.10. Hipoteca judiciária.
 - 4.11. Decisão determinativa e decisão aditiva.
 - 4.12. Interpretação da decisão.
 - 4.13. Publicação, intimação, correção e integração da decisão.

5. PRECEDENTE JUDICIAL

- 5.1. Conceito de precedente.
- 5.2. *Ratio decidendi e obiter dictum*.
- 5.3. Precedente, jurisprudência e súmula.
- 5.4. Espécies de precedentes no direito brasileiro.
- 5.5. Efeitos do precedente.
- 5.6. Precedentes obrigatórios no direito brasileiro.
- 5.7. Distinção entre efeito do precedente e coisa julgada.
- 5.8. Precedente e motivação.
- 5.9. Precedente e segurança jurídica.
- 5.10. Precedente e igualdade.
- 5.11. Precedente e contraditório.
- 5.12. Deveres gerais dos tribunais relacionados a sistema de precedentes judiciais.
- 5.13. Dinâmica dos precedentes: produção, interpretação, distinção e superação. Modulação dos efeitos da superação.
- 5.14. A súmula vinculante.

6. COISA JULGADA.

- 6.1. Conceito de coisa julgada.
- 6.2. Pressupostos para a formação da coisa julgada.
- 6.3. Decisões aptas à coisa julgada.
- 6.4. Efeitos: positivo, negativo e preclusivo.
- 6.5. Regime jurídico da coisa julgada: modo de produção, limites subjetivos e limites objetivos.
- 6.6. Coisa julgada e questões prejudiciais incidentais.
- 6.7. Coisa julgada e relações jurídicas continuativas.
- 6.8. Instrumentos de revisão da coisa julgada.
- 6.9. Movimento de relativização atípica da coisa julgada.

7. TUTELA PROVISÓRIA.

- 7.1. Conceito. Distinções fundamentais.
- 7.2. Regime jurídico. Regras gerais.
- 7.3. Tutela provisória de urgência.
- 7.4. Tutela provisória de urgência satisfativa. Estabilização.
- 7.5. Tutela provisória de evidência.
- 7.6. Tutela de Evidência.
- 7.7. Tutela provisória contra a Fazenda Pública.

8. TUTELA COLETIVA.

- 8.1. Noções introdutórias. Histórico.
- 8.2. As situações jurídicas coletivas.
- 8.3. Princípios.
- 8.4. Competência.
- 8.5. Litispendência, conexão e continência.
- 8.6. Legitimidade.
- 8.7. Intervenção de terceiros.
- 8.8. Prescrição.
- 8.9. Inquérito civil e termo de ajustamento de conduta.
- 8.10. Coisa julgada.
- 8.11. Liquidação e execução.
- 8.12. Peculiaridades procedimentais. Procedimento comum: CDC e Lei de Ação civil pública.
- 8.13. Alguns procedimentos especiais: Ação popular e Ação de Improbidade Administrativa. Projetos de codificação da legislação coletiva.
- 8.14. Processo coletivo e arbitragem.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Seminários de fixação.
- Seminários expositivos.
- Exposições e debates com professores convidados.
- Atividades externas.

6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Aulas expositivas.

7. AVALIAÇÃO

Serão efetuadas 2 (duas) avaliações ao longo do semestre. Ambas serão individuais, escritas (dissertativas), podendo envolver questões teóricas e práticas.

8. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER Jr., Fredie, BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil**. 8. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, v. 2.

DIDIER Jr., Fredie; ZANETTI Jr., Hermes. **Curso de direito processual civil**. 8. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, v.4.

MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de processo civil** -

processo de Conhecimento. 11. ed. São Paulo: RT, v. 2.

9. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Antonio Adonias; KLIPPEL, Rodrigo. **Manual de Processo Civil**. 3. ed. Salvador: JusPODIVM.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Teoria do Precedente Judicial: a Justificação e a Aplicação de Regras Jurisprudenciais**. São Paulo: NOESES.

DIDIER Jr., Fredie; PEIXOTO, Ravi Medeiros. **Novo Código de Processo Civil de 2015 - Comparativo com o Código de 1973**. Salvador: Editora JusPODIVM.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, v. III.

LEONEL, Ricardo de Barros. **Manual do Processo Coletivo**. 3. ed. São Paulo: RT.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Processo Coletivo**. São Paulo: Método.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; et al. **Novo CPC**. Fundamentos e sistematização. Rio de Janeiro: Forense.

10. BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

ARENHART, Sérgio Cruz. Tutela inibitória da vida privada. São Paulo: RT.

ARRUDA ALVIM, Eduardo. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, 2v.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, 2v.

CAMBI, Eduardo. Direito constitucional à prova no processo civil. São Paulo: RT.

CARNAÚBA, Maria Cecília Pontes. Prova ilícita. São Paulo: Saraiva.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Antecipação de Tutela. Rio de Janeiro: Forense.

CARNELUTTI, Francesco. A prova civil. Campinas: Bookseller.

DIDIER Jr., Fredie. Tutela específica do adimplemento contratual. Hipótese concreta. Revista Jurídica dos Formandos em Direito da UFBA. Salvador: s/e, v. VII, p. 307-332.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do Processo Civil Moderno. São Paulo: Malheiros, 2v.

_____. A reforma da reforma. São Paulo: Malheiros.

_____. Capítulos de Sentença. 5. ed. São Paulo: Malheiros.

_____. Relativizar a coisa julgada material. AJURIS 83.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. A coisa julgada nas ações de alimentos. Em Revista

da AJURIS. Porto Alegre: AJURIS, 52/6-33.

FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense.

GUERRA, Marcelo Lima. Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil. São Paulo: RT.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2v.

LIEBMAN, Enrico Tulio. Eficácia e autoridade da sentença. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense.

_____. Estudos sobre o processo civil brasileiro. 2.ed. São Paulo: Bushatsky.

LOPES, João Batista. A Prova de Direito Processual Civil. São Paulo: RT.

MALATESTA, Nicola Framarino dei. A lógica das provas em matéria criminal. Campinas: Bookseller.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela inibitória. São Paulo: RT.

_____. Questões do novo direito processual civil brasileiro. Curitiba: Juruá.

_____. Antecipação da Tutela. São Paulo: Malheiros.

_____. Efetividade do processo e tutela de urgência. Porto Alegre: Fabris.

_____. Tutela antecipatória, julgamento antecipado da lide e execução imediata da sentença. São Paulo : Revista dos Tribunais.

_____. As novas sentenças e os novos poderes do juiz para prestação de tutela jurisdicional efetiva. Disponível em: www.abdpc.org.br

MOREIRA, José Carlos Barbosa. “A tutela específica do credor nas obrigações negativas”. Temas de Direito Processual. 2a série. São Paulo: Saraiva, p. 30-44.

_____. “Conteúdo e efeitos da sentença: variações sobre o tema”. Temas de Direito Processual. 4a série. São Paulo: Saraiva, p. 175-184.

_____. “Eficácia da Sentença e Autoridade da Coisa Julgada”. Temas de Direito Processual. São Paulo: Saraiva, 3ª série, p. 99-113.

_____. “A eficácia preclusiva da coisa julgada material”. Temas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 1ª série, p. 97-109.

_____. “As presunções e a prova”. Temas de direito processual. 1a série. São Paulo: Saraiva, p. 55-71.

_____. “Regras de experiência e conceitos juridicamente indeterminados”. Temas de direito processual. 2a série. São Paulo: Saraiva, p. 61-72.

_____. “Julgamento e ônus da prova”. Temas de direito processual. 2a. série. São Paulo: Saraiva, p. 73-82.

_____. “Eficácia da sentença de interdição por alienação mental”. Temas de Direito Processual. 4a série. São Paulo: Saraiva, p. 185-192.

_____. “Coisa Julgada e declaração”. Temas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 1ª série.

_____. “Os Limites Objetivos da Coisa Julgada no Sistema do Novo Código de Processo Civil”. Temas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 1ª série.

NERY JR., Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor. 5ª edição. São Paulo: RT.

NEVES, Celso. A coisa julgada civil. São Paulo: RT.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro (coord.). Prova cível. Rio de Janeiro: Forense.

_____. Perfil dogmático da tutela de urgência. Disponível em: www.abcp.org.br.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Elementos de Direito Processual Civil.. São Paulo: RT, 2v.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, v. I e II.

_____. Prova Judiciária no cível e comercial. São Paulo: Max Limonad, 5v.

SILVA, Ovídio Baptista da. Curso de processo civil. São Paulo : Revista dos Tribunais, v.3.

_____. Sentença e coisa julgada. Porto Alegre : Fabris.

SPADONI, Joaquim Felipe. Ação inibitória. São Paulo: RT.

TALAMINI, Eduardo. Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer. São Paulo: RT.

_____. Prisão civil e penal e “execução indireta”. Processo de execução e assuntos afins. Teresa Arruda Alvim Wambier (coord.) São Paulo: RT.

_____. A prova emprestada no processo civil e penal. Revista de Processo 91/92 e segs.

TALAMINI, Eduardo, JUSTEN FILHO, Marçal, e MOREIRA, Egon Bockmann. Sobre a hipoteca judiciária. Revista de Processo 85/121-127.

TESHEINER, José Maria. Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil. São Paulo: RT.

THEODORO Jr., Humberto e FARIA, Juliana Cordeiro de. A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para o seu controle. Gênesis Revista de Direito Processual Civil 21/542-562.

THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, v. I e 2.

ZAVASCKI. Teori Albino. Antecipação da tutela. São Paulo: Saraiva.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, ALMEIDA, Flávio Renato Correia e TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 2.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. Mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, habeas data – constituição e processo. Rio de Janeiro: Forense.

ZANETI Jr., Hermes. Mandado de segurança coletivo – aspectos processuais controversos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

ALMEIDA, João Batista de. Aspectos controvertidos da ação civil pública. São Paulo: RT.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico

brasileiro. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: RT, v. 12.

DINAMARCO, Pedro da Silva. Ação Civil Pública. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIDI, Antonio. Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo. A codificação das ações coletivas no Brasil. Rio de Janeiro: Forense.

GIDI, Antônio. Código de Processo Civil coletivo. Um modelo para países de direito escrito”. Revista de Processo. São Paulo: RT, n. 111.

_____. Coisa julgada e litispendência nas ações coletivas. São Paulo: Saraiva.

_____. A representação adequada nas ações coletivas brasileiras: uma proposta. Revista de Processo. São Paulo: RT, n. 108.

_____, e MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. (org.) La tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales homogêneos – hacia um Código Modelo para Iberoamerica. México: Porrúa.

_____. (org.) Procesos colectivos – la tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales em uma perspectiva comparada. México: Porrúa.

GRINOVER, Ada Pellegrini. “Do direito de defesa em inquérito administrativo”. O processo em evolução. 2aed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. Ação civil pública em matéria ambiental e denúncia da lide. Revista de Processo. São Paulo: RT, abril-junho, n. 106.

JORGE, Flávio Cheim. “A improbidade administrativa (Lei 8.429, de 02 de junho de 1992)”. Procedimentos especiais cíveis – legislação extravagante. São Paulo: Saraiva.

LENZA, Pedro. Teoria geral da ação civil pública. São Paulo: RT.

LUCON, Paulo dos Santos. “Litisconsórcio necessário e eficácia da sentença na Lei de Improbidade Administrativa”. Improbidade administrativa – questões polêmicas e atuais. Cassio Scarpinella Bueno e Pedro Paulo de Rezende Porto Filho (coord.) 2a. ed. São Paulo: Malheiros.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública. 8a. ed. São Paulo: RT.

_____. Ação Popular. 4ª ed. revista e atual. e ampl. São Paulo: RT.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A Defesa dos interesses difusos em juízo. 15ª ed. São Paulo: Saraiva.

MENDES, Aluísio Gonçalves. Ações coletivas. São Paulo: RT.

MENDES, Gilmar Ferreira e WALD, Arnold. Competência para julgar ação de improbidade administrativa. Revista de Processo. São Paulo: RT, n. 107.

MILARÉ, Édis (coord.). Ação civil pública – Lei 7.347/1985 – 15 anos. São Paulo: RT.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. “Interesses difusos e coletivos”. Revista trimestral de direito público. São Paulo: Malheiros, n. 3.

_____. “A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados interesses difusos”. Temas de direito processual. São Paulo: Saraiva, p. 110-126.

PROENÇA, Luiz Roberto. Inquérito civil. São Paulo: RT.

RAMOS, André de Carvalho. “A ação civil pública e o dano moral coletivo”. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: RT, v. 25.

RODRIGUES, Geisa de Assis. Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Ação civil pública e meio ambiente. São Paulo: Forense Universitária.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. Tutela jurisdicional coletiva. 3ª ed. São Paulo: Atlas,

WATANABE, Kazuo. Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 5a. ed. São Paulo: Forense Universitária.

ZANETI Jr., Hermes. Mandado de segurança coletivo – aspectos processuais controversos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.